

EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: DESMONTE, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA (1964-1985)

Eva Waisros Pereira

Universidade de Brasília – UB/DF – (Brasil)

Endereço eletrônico: evawaisros@gmail.com

Raquel Moraes

Universidade de Brasília – UB/DF – (Brasil)

Endereço eletrônico: rachel@unb.br

Ariane Abrunhosa

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – (Brasil)

Endereço eletrônico: abrunhosa.ariane@gmail.com

1144

INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva relatar a pesquisa realizada sobre a educação da capital federal durante o período da ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1º de abril de 1964, com a derrubada do governo do presidente João Goulart. A investigação envolveu um número significativo de docentes da Universidade de Brasília e professores do sistema de ensino público do Distrito Federal, além de doutorandos, mestrandos e graduandos de diferentes áreas do conhecimento, propiciando um estudo de caráter interdisciplinar sobre a temática referenciada.

Trata-se de pesquisa concluída e que integra uma série de investigações realizadas, anteriormente, por este grupo de pesquisa, sobre a história da educação da capital federal.

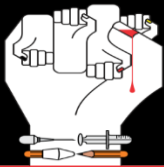
A pesquisa ora apresentada desenvolveu-se a partir da questão norteadora de que o golpe na educação foi mais contundente em Brasília do que nas demais partes do país, porque, nesta cidade, estava sendo gestada e implantada uma política educacional que daria sustentação a uma outra ordem social, mais democrática, inclusiva e moderna. Nos primórdios da construção da nova capital, vivia-se no país um período democrático, que inspirava otimismo e esperança à população. A política nacional desenvolvimentista vigente no governo Juscelino Kubitschek tinha o propósito de modernizar a nação e elevar o processo de industrialização a patamares consonantes aos dos países

Realização:



Apoio:



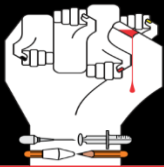


desenvolvidos. A conjuntura era propícia a grandes realizações. Brasília representava uma oportunidade singular de estruturar um sistema educacional contínuo, integrado e aberto a todos, convergindo para o propósito de acabar com os privilégios e promover uma educação igualitária e adequada às necessidades impostas pelo ritmo de desenvolvimento da sociedade.

Da lavra de Anísio Teixeira, o Plano de Construções Escolares de Brasília (TEIXEIRA, 1961) era emblemático do que se pretendia implantar em todo o país. Com fundamento nos princípios democráticos de inclusão e emancipação social, o educador delineou a organização de um sistema educacional inovador, síntese das ideias de renovação educacional defendidas pela intelectualidade brasileira desde a década de 1930. Com base no modelo de Escola Parque, criado na década de 1950, em Salvador, Bahia, o sistema educacional idealizado para a nova capital contemplou os diferentes níveis de escolarização, da pré-escola ao ensino superior. O plano definiu objetivos para os diversos níveis de escolaridade, abrangendo cultura geral, formação prática ou vocacional, formação profissional e formação para o lazer, antes divididos em sistemas escolares paralelos: escola de pobre e escola de rico. A materialidade dessas ideias expressava-se nos conjuntos escolares destinados ao ensino elementar e médio, com sua variedade de espaços e múltiplas funções propostas para o desenvolvimento de atividades de estudo e de trabalho, arte e convivência social. Essa modalidade de educação transcendia o modelo tradicional e demandava o dia letivo completo, razão pela qual a escola também teria o seu funcionamento em tempo integral para os alunos e seus professores.

O projeto da Universidade de Brasília representou a culminância desse processo. Elaborado em mão dupla por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, apresentava como razões fundantes a necessidade de criação de um centro cultural capaz de prestar assessoramento à alta administração do país e promover a cultura nacional na linha de uma progressiva emancipação (TRINDADE, 2005). A aspiração maior de seus criadores era que a Universidade de Brasília se tornasse um centro nacional de reflexão e de estudo “capaz de contribuir para o amadurecimento de uma consciência crítica capacitada a ver o Brasil como problema e a buscar as linhas de ação que permitissem ao povo brasileiro realizar suas potencialidades secularmente coactada” (RIBEIRO, 1991, p. 147).

A educação de adultos, durante os anos da construção de Brasília, não teve a atenção merecida das autoridades competentes. A urgência de inaugurar a nova Capital,



forçava os operários a exaustivas jornadas de trabalho nos canteiros de obras. Estes trabalhadores tinham pouca ou nenhuma escolaridade. Uma política de erradicação do analfabetismo, em Brasília, começa a tomar forma, em 1963, quando o ministro de Educação e Cultura, Paulo de Tarso, institui a Comissão Nacional de Cultura Popular, “com objetivo de implantar em âmbito nacional novos sistemas educacionais, de modo a abranger áreas não atingidas pelos benefícios da Educação” (Portaria Ministerial nº195 de 08/07/1963). O professor Paulo Freire, que havia obtido grande sucesso com seu método de alfabetização, na cidade de Angicos (RN), presidiu essa comissão e passou a planejar a implantação do Plano Nacional de Alfabetização (BRASIL, 1963). Neste mesmo ano, os primeiros Círculos de Cultura Popular foram criados nas cidades satélites do Gama, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Vila Planalto e em outras localidades do Distrito Federal. A experiência de Brasília deveria servir de piloto para irradiar a proposta de Paulo Freire para o restante do país. “O objetivo era alfabetizar, politizar e conscientizar 28 mil analfabetos, no período de um ano” (Brasil, MEC, 1963). Com o golpe de 1964, todo programa de alfabetização foi interrompido pelo Decreto nº 53886, de 14 de abril de 1964.

1146

METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa pesquisa teve como diretriz metodológica a análise de documentos históricos identificados no decorrer do processo de investigação. Segundo Albert (2014), a noção histórica de documento foi rompida com a ampliação do enfoque positivista, onde a busca pela neutralidade e veracidade dos fatos era levada aos trabalhos com documentos escritos que “os pesquisadores acreditavam “falar por si mesmos”, ou seja, autoexplicativos; por esse motivo, as outras formas de fontes não escritas eram tidas por não suficientemente neutras – como relatos orais de sociedades ágrafas – e eram totalmente descartadas da pesquisa” (ALBERT, 2014, in LIMA; PEREIRA, 2018, p.113). Debruçando-se sobre os documentos, os(as) pesquisadores(as) elaboraram análises orientadas pela concepção crítica do método historiográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

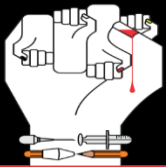
Com o golpe de estado que resultou na mais extensa das ditaduras militares da América Latina, implantou-se no país, e em Brasília, um clima de arbitrariedade e

Realização:



Apoio:

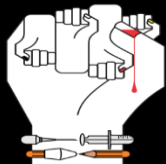




opressão. A ditadura, que buscava eliminar o projeto de nação comprometido com os menos favorecidos e com a soberania nacional, atingiu, rapidamente, o grandioso projeto educacional que foi pensado, planejado e já se implantava, a passos largos, na nova capital. Assim, seus protagonistas – os grandes educadores brasileiros Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire – que haviam sido convocados para implantar, na capital brasileira, um sistema de educação que contemplasse os três níveis de ensino, e fosse a mola mestra para a transformação social, foram os primeiros a serem perseguidos e expulsos da cidade e do Brasil.

As experiências educacionais que se implantaram em Brasília, sob a égide dos grandes mestres, foram interrompidas, descaracterizadas ou destruídas. Algumas delas também se constituíram em focos de resistência à ditadura que se impôs no campo educacional. No dia 9 de abril de 1964, a Universidade de Brasília foi invadida por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, ocasião em que se consumou a demissão do seu reitor, Anísio Teixeira, além de nove professores que se encontravam nas dependências da UnB, um dos primeiros gestos autoritários do regime militar (BRASIL, CNV, 2014; RELATÓRIO, CATMV, 2016). Essas demissões ocorreram de forma intempestiva, com base no arbítrio do Ato Institucional nº 1, AI-1, instrumento pelo qual o regime militar deu vazão ao seu descontentamento com o projeto inovador da UnB, os seus idealizadores e os cientistas, artistas e intelectuais que compunham o seu quadro docente. Em 1965, foram demitidos quinze professores acusados de subversivos, o que gerou um movimento antes inédito: 223 professores, de forma espontânea, pediram demissão em solidariedade aos demitidos e deixaram a Universidade de Brasília, a cidade e, a maioria deles, o País, numa diáspora dolorosa (RIBEIRO, 1991). A repressão causou forte impacto à instituição ainda incipiente. A UnB passou a funcionar sob a intervenção de agentes do regime militar, que impuseram restrições às suas atividades, sempre mantidas sob controle e, muitas vezes, reprimidas. Houve resistência por parte de professores e estudantes pela quebra da autonomia, considerada a coluna dorsal da universidade.

A educação básica foi sendo, gradativamente, descaracterizada em suas bases teóricas e seu funcionamento. O caráter eminentemente democrático da proposta, centrada no aluno, integrando as várias áreas do conhecimento e da prática humanas, e acontecendo de forma integral, em tempo e espaço, visava a formação do homem em todas as dimensões, foi dando lugar à concepção de educação de caráter tecnicista e conteudista.



CONCLUSÕES

Os achados da pesquisa revelam que, além das consequências nefastas das políticas educacionais implementadas, em âmbito nacional, pela ditadura militar, com repercussão imediata na capital do País, ocorreram também, nesse período, fatos peculiares, da maior gravidade, que abalaram a educação pública do Distrito Federal. Tão logo consumado o golpe de Estado, instalou-se um clima de violência e opressão na capital brasileira, registrando-se seguidas invasões à Universidade de Brasília e interferências indevidas nas instituições de educação básica e nas respectivas entidades classistas, que resultaram em demissão, perseguição e prisão de professores e estudantes. Tais fatos geraram insegurança, medo e falta de liberdade, contrariando os princípios essenciais da educação democrática que vinha sendo implementada nesta Capital. Em decorrência, foi sendo descaracterizada a proposta inovadora de educação da Capital brasileira, concebida no contexto nacional desenvolvimentista, interrompendo o processo de construção de um país social, econômica e culturalmente emancipado.

1148

PALAVRAS-CHAVE: Educação Pública no Distrito Federal. Ditadura Militar na Educação. Resistência ao Golpe de Estado. Desmonte do Plano Educacional de Anísio Teixeira.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 155-202.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / **Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico, Brasília: CNV, 2014. 976 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejamento da Comissão de Cultura Popular- Novembro-Dezembro - 1963**, Acervo Documental do Museu da Educação do Distrito Federal (1963).

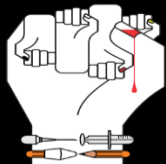
BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial** nº 195 de 8 de julho de 1963, que institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001813.pdf> =Acesso em 20 de novembro de 2019.

Realização:



Apoio:





LIMA, P. G; PEREIRA, M. C. (org.) **Pesquisa científica em ciências humanas: uma introdução aos fundamentos e eixos procedimentais**. 1a Edição Eletrônica. Uberlândia / Minas Gerais Navegando Publicações, 2018.

RELATÓRIO. **Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília**. CATMV/UnB. Brasília: FAC-UnB, 2016.

RIBEIRO, Darcy. UnB: Invenção e Descaminho. **Carta: falas, reflexões, memórias**, n.14. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991, p.121-166.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 35, n.81, p. 195-199, jan./mar., 1961.

TRINDADE, Hélió. Apresentação. Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior. In: TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e sua interpretação até 1969**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.9-43 (Coleção Anísio Teixeira, v. 10).

1149

Realização:



Apoio:

